

## INUNDAÇÕES NA REGIÃO DE LISBOA (1967) UM OLHAR SOBRE O IMPACTO POLÍTICO E SOCIAL

FRANCISCO DA SILVA COSTA<sup>1</sup>  
MIGUEL CARDINA<sup>2</sup>  
ANTÓNIO AVELINO BATISTA VIEIRA<sup>3</sup>

---

**RESUMO:** Na noite de 25 para 26 de Novembro de 1967, chuvas intensas abateram-se sobre algumas regiões de Portugal. Particularmente afetada foi a área da Grande Lisboa (Lisboa, Loures, Odivelas, Vila Franca de Xira e Alenquer), com as inundações a causarem um elevado número de mortos, milhares de desalojados e inúmeras habitações destruídas. Apesar dos impactos impressionantes então originados, o episódio permanece pouco evocado. A sua inscrição na memória pública é escassa, o que convida desde logo a um olhar futuro que confira os diferentes níveis de memorialização das cheias e as razões que ajudariam a compreender os processos de visibilização e invisibilização de que são objeto. Por outro lado, as abordagens teóricas e académicas ao assunto têm mais em conta o fenómeno meteorológico e os efeitos produzidos no território e menos as consequências sociais e a observação dos impactos de natureza política. Com base na consulta e análise de centenas de fontes documentais, sobretudo de jornais nacionais e internacionais, revistas, blogues, artigos científicos, relatórios e correspondência, tentamos reconstituir alguns episódios sociais e políticos que marcaram o pós-crise das inundações de 1967, na região de Lisboa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lisboa, 1967, inundações, censura, solidariedade.

---

**ABSTRACT:** On the night of 25 to 26 November 1967, heavy rains swept over some regions of Portugal. Particularly affected was the area of Lisbon (Lisboa, Loures, Odivelas, Vila Franca de Xira and Alenquer), with flooding to cause a high number of deaths, thousands of homeless and destroyed countless homes. Despite the impressive impacts originated then, the episode remains poorly evoked. Its inscription in the public memory is scarce, which immediately invites a future look conferring the different levels of memorialization of flooding and the reasons that would help to understand its processes of visibility and invisibility. On the other hand, the theoretical and academic approaches to the subject have more focused on the weather phenomenon and the effects produced in the territory and less in the social consequences and the observation of the impacts of political nature. Based on consultation and analysis of hundreds of documentary sources, especially from national and international newspapers, magazines, blogs, scientific articles, reports and correspondence, we try to reconstruct some social and political events that marked the post-crisis of floods 1967 in the region Lisbon.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lisbon, 1967, floods, censorship, solidarity.

---

<sup>1</sup> Doutor, CEGOT-UMinho, Universidade do Minho, Campus de Azurém, 4800 Guimarães, costafs@geografia.uminho.pt

<sup>2</sup> Doutor, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Colégio de S. Jerónimo, Largo de D.Dinis, 3000-995 Coimbra, miguelcardina@ces.uc.pt

<sup>3</sup> Doutor, CEGOT-UMinho, Departamento de Geografia, Universidade do Minho, Campus de Azurém, 4800 Guimarães, vieira@geografia.uminho.pt

## 1. INTRODUÇÃO

A Região de Lisboa conheceu uma forte pressão urbana, especialmente a partir da década de 1960, traduzida, entre outros aspetos, pelo grande aumento da área construída e, dentro desta, das áreas urbanas de gênese ilegal (AUGI). O desordenamento do território daí resultante refletiu-se, não só no agravamento da perigosidade potencial das cheias, motivada pelo aumento do escoamento superficial e da carga sólida transportada (destruição do coberto vegetal, aumento de erosão das vertentes, impermeabilização dos solos), mas também no incremento da vulnerabilidade decorrente da ocupação indevida dos leitos de cheia e, por vezes, dos leitos menores dos cursos de água (Duarte *et al.*, 2007).

O caso mais dramático deste tipo de atuação das águas em meio urbano conhecido em Portugal foi o da região de Lisboa, na noite de 25 para 26 de novembro de 1967, que Fernando Rebelo define como uma das três grandes catástrofes verificadas em Portugal no último milénio, juntamente com o terremoto de 1755 em Lisboa e da aluvião de 1803 no Funchal (Rebelo, 2010). O valor da quantidade de precipitação equivaleu a 1/5 do total anual, sendo que foram registados valores de 89,2 mm na estação de Lisboa/Geofísico e 112,5 mm na estação de Lisboa/Tapada (Amaral, 1968; Ramos e Reis, 2001; Zêzere, 2001; Rebelo, 2008). Particularmente afetada foi a área da Grande Lisboa (Lisboa, Loures, Odivelas, Vila Franca de Xira e Alenquer), com as inundações a causarem um elevado número de mortos, milhares de desalojados e inúmeras habitações destruídas. Só na pequena aldeia de Quintas, em Castanheira do Ribatejo, 90 dos 156 habitantes perderam a vida nessa tragédia (Diário de Lisboa, 1967).

Apesar dos impactos impressionantes que originou, o episódio permanece pouco evocado. A sua inscrição na memória pública é escassa e as abordagens teóricas e académicas ao assunto têm assentado mais na análise do fenómeno meteorológico e dos efeitos produzidos no território e menos as consequências sociais e na observação dos impactos de natureza política. Importa ainda frisar que Portugal vivia então sob um regime ditatorial, oficialmente consagrado em 1933, e que atravessaria boa parte do século XX com uma notável capacidade de adaptação. Liderado por António de Oliveira Salazar, o Estado Novo impunha fortes limitações à liberdade de expressão e de associação – proibição de partidos políticos, prisão de opositores, proibição ou manipulação de eleições – e exercia a censura prévia aos jornais e a outras publicações periódicas.

Esta apresentação busca identificar o modo como o fenómeno das cheias foi apropriado no campo político, produzindo-se leituras sobre o acontecimento que enveredaram por dois sentidos distintos. De um lado, o Estado e organizações de socorro próximas ou que colaboravam com o regime ditatorial focalizaram no impacto das causas naturais e acionaram, por isso, um discurso ancorado na fatalidade, no sofrimento e nos modos de o minorar. Por outro lado, as diferentes oposições avançaram com enquadramentos que vincavam nas causas sociais que estiveram na base da destruição produzida pelas cheias. Num segundo momento, tomar-se-á como ponto de observação a atuação dos estudantes nas ações de auxílio.

## 2. MÉTODOS E TÉCNICAS

Para este trabalho recorremos a uma grande número de fontes documentais, quer primárias, quer secundárias. A investigação baseou-se sobretudo na consulta e análise de jornais nacionais e internacionais, revistas, blogues, artigos científicos, relatórios e correspondência. Também visualizamos centenas de fotografias e vídeos da época. Por motivos de tempo não foi possível avançar para a história oral deste acontecimento.

## 3. RESULTADOS

### **Ecos da Imprensa – diferentes leituras para a mesma catástrofe**

As cheias de 1967 foram as mais catastróficas de todas, e são encaradas como algo que ficou marcado na história dos últimos 50 anos em Portugal, essencialmente pelo número de mortes contabilizadas (Leal, 2011).

Na primeira edição do dia 26 de novembro, o título da primeira página do Diário de Lisboa refere “Chuva e morte: mais de 200 vítimas”. Quatrocentos e vinte e sete mortos indicava o Diário de Notícias a 29 de Novembro de 1967, pouco antes da censura ter imposto a cessação da contagem pública. Os números oficiais falarão, depois, de 462 vítimas mortais. A verdade é que ainda hoje não se sabe com rigor quantas pessoas morreram naquela tragédia. Sendo certo que os números apresentados pecaram por defeito, também é certo que alguns números indicados dezenas de anos depois, podem pecar por excesso (cerca de 700 mortos, segundo Ramos e Reis, 2001). Na verdade, o mais provável é aceitarmos um número certamente superior a 500 mortos, atendendo a que uma semana após a tragédia ainda se retiravam alguns cadáveres das lamas acumuladas em Algés e se continuava a falar de vários desaparecidos que teriam sido arrastados até ao rio Tejo (Rebelo, 2008). Esse elemento explicará o facto das contagens de mortos se terem interrompido alguns dias após a tragédia, quando esses números ainda não estavam determinados e persistiam ações de auxílio no terreno. Nestas situações, e em especial quando os poderes públicos não querem revelar toda a realidade, a imprecisão é grande.

Observando os jornais, é possível descortinar também modos distintos de reportar o tema. Jornais mais próximos do regime colocam a tónica no carácter inesperado da catástrofe e acentuam a onda de solidariedade gerada. O Diário da Manhã, por exemplo, refere a “cadeia de solidariedade humana (...) sem distinção de classes», que havia significado a «vitória do homem, que a natureza tinha esmagado”. O Ministério de Interior divulgou uma nota oficiosa a propósito das trágicas ocorrências em que destaca ser “...a área atingida muito mais vasta e somente a violência do fenómeno de carácter excepcional, registado nas horas dramáticas da noite de 25 para 26 de Novembro, pode explicar cabalmente a grandeza dos prejuízos causados... (Diário de Lisboa, 1967)”. Numa leitura distinta, o Solidariedade Estudantil, boletim de estudantes organizados para prestar auxílio às populações sinistradas, apresentava estatísticas baseadas em dados do Serviço Meteorológico Nacional, mostrando que o máximo de pluviosidade havia ocorrido no Estoril, numa zona rica nos arredores da capital, apesar das mortes terem acontecido nos bairros de lata de

Lisboa e arredores e nas zonas pobres do Ribatejo. Também o Comércio do Funchal, particularmente lido pela juventude mais politizada, chamava abertamente a atenção para as causas sociais que haviam estado na base da catástrofe: “nós não diríamos: foram as cheias, foi a chuva. Talvez seja mais justo afirmar: foi a miséria, miséria que a nossa sociedade não neutralizou, quem provocou a maioria das mortes. Até na morte é triste ser-se miserável. Sobretudo quando se morre por o ser”.

O tipo de linguagem usada era também reveladora: enquanto os jornais mais próximos do regime utilizavam uma linguagem marcada pela ideia de fatalidade, os jornais de oposição colocavam o acento tónico nas causas sociais que teriam estado na base da tragédia (Fotografia 1). O Diário de Lisboa do dia 30 novembro realça, na sua 1ª edição, que “o movimento de solidariedade que espontaneamente surgiu entre a população de todo o país”, se traduziu “em múltiplas iniciativas” enquanto o Comércio do Funchal, dias mais tarde (a 10 de dezembro) questiona: “Na realidade, a água foi muita. Foi sem sombra de dúvida a grande culpada da catástrofe, mas se as «casas» (barracas) fossem verdadeiras casas teriam sido arrastadas pelas águas?” (Fotografia 2).



Fotografias 1 e 2 – Populações afetadas e bairros de lata destruídos pelas inundações de 1967 na região de Lisboa (Fonte: Século Ilustrado de 2 de Dezembro de 1967).

Também crítico se mostrava o PCP (Partido Comunista Português), então na clandestinidade. Em Dezembro de 1967, o Avante!, órgão do partido, concluía que “As inundações... não teriam originado semelhante tragédia se o governo se tivesse preocupado em resolver da habitação para os trabalhadores, se tivesse cuidado da regulamentação dos rios e da defesa das populações ribeirinhas, se tivesse tomado as medidas de emergência que as circunstâncias impunham...”. E questiona “...porque não foram destruídos pelas chuvas diluvianas os bairros residenciais de Lisboa, mas sim os bairros de Urmeira, Olival Basto, Pombais...Quinta do Silvade, Odivelas...” respondendo que “...os bairros arrasados encontravam-se em zonas baixas, circundadas de colinas, facilmente inundáveis, construídos de tábuas e latas...”. Interessante também é a análise feita aos fatores de risco que identificam na mesma edição da seguinte forma: “...desde há muito que se clama contra o assoreamento dos rios, contra a falta de diques. Desde há muito que se protesta contra os fenómenos de erosão... Nem a mais pequena verba para a regularização das águas do Tejo...Podemos perguntar: ignorava porventura o Governo a insuficiência e estado da

rede de esgotos na cidade de Lisboa, onde desde há muito existem zonas mártires de inundações. Não sabia o governo que essas zonas se alagam quando de chuvadas normais?”.

### **As campanhas de voluntariado social e o apoio dos estudantes**

As inundações na região de Lisboa privaram a muitos de familiares, das suas casas, do seu ganha-pão, de mantimentos e remédios, de água e comunicações. Os seus efeitos foram atenuados por toda a população solidária, pelos soldados, cantoneiros e trabalhadores voltados à ingente e pesada tarefa de recuperar casas e limpar ruas da lama invasora. Enquanto isso, chegavam medicamentos, agasalhos, alimentos e assistência sanitária, numa cena que se repetia por toda a área atingida (Paviani, 1968).

Num ambiente de comoção geral, promovem-se em diferentes localidades peditórios, espetáculos e subscrições, visando recolher fundos para apoio aos sinistrados. Os estudantes participam nas ações de auxílio que se efetuam no terreno, desdobrando-se em tarefas como a vacinação em massa contra a febre tifoide, a desobstrução de casas e ruas e a instrução sanitária das populações. A dimensão real do desastre e das condições de vida de uma vasta camada da sociedade portuguesa não ultrapassou a espessa cortina da censura, mas muitos estudantes universitários, que agiram de forma imediata para prestar ajuda, tiveram a possibilidade de entrar em contacto com a situação verdadeira (Accornero, 2009). A participação de quase seis mil estudantes nas atividades de socorro não agradou às autoridades, que intervieram procurando dificultar e desacreditar este trabalho, também através da intervenção da PSP (Polícia de Segurança Pública) (Duarte, 1997). A participação de estudantes, apesar do sentimento de impotência face à dimensão da tragédia para a qual não estavam preparados, permitiu criticar as deficiências dos serviços sanitários e sociais do Governo, revelar a eficácia de organismos democraticamente organizados (como a rede de apoio estudantil) e denunciar as miseráveis condições de vida em várias zonas do país (Cardina, 2008).

Em Lisboa, a planificação das ações de socorro encontrou-se a cargo de uma Comissão Coordenadora Central, instalada na associação de estudantes do Instituto Superior Técnico, da qual fazem parte a Juventude Universitária Católica e várias associações de estudantes. Tendo durado cerca de duas semanas, abrangeram centenas de estudantes. Em cada jornada, divulgavam o sucedido à população que pouco sabia da dimensão da catástrofe, dada a ação da censura. Merece especial realce nesta divulgação o periódico Solidariedade Estudantil, que chegou a ter uma tiragem de 10000 exemplares e se esgotou numa manhã (Oliveira, 2013). Este Boletim foi distribuído pelo «Secretariado Coordenador da Informação e Propaganda» (SCIP) das Associações de Estudantes de Lisboa e publicado a propósito da ação., procurando relatar o trabalho efetuado pelos estudantes e apresentar um conjunto de comentários críticos ao acontecido, equacionando-o em termos de uma análise das causas (e das consequências) sociais da tragédia (Ferreira, 1969).

No Porto, grupos estudantis organizam uma recolha de donativos a favor dos atingidos. De Coimbra partem alguns estudantes, sobretudo de Medicina, que integram brigadas de auxílio aos

sinistrados. Chegados ao local, o voluntarismo terá sido matizado por uma certa impotência em fazer face à dimensão da tragédia, para a qual não estavam preparados a nível técnico. O Comércio do Funchal elenca as tarefas desenvolvidas por estes estudantes no dia 17 de dezembro de 1967: “...vacinação em massa contra a febre tifoide; instalação de postos clínicos...; informações sanitárias à população, separação das populações em maior risco de contraírem febre tifoide; inquérito profilático às populações, ideia que também teve a aprovação da DGS; velas noturnas para casos urgentes; organização de creches com os devidos cuidados médicos e de puericultura...”. Apesar disso, a participação dos estudantes nestas ações possibilitou, num mesmo lance, criticar «a impreparação e desorganização dos organismos sociais e sanitários do Governo», enaltecer “a capacidade realizadora de Organizações Democráticas e Livres” e, ainda, denunciar “a existência de condições de vida miseráveis em várias localidades do país”.

Os testemunhos dos estudantes relatados pelo Comércio do Funchal revelam esta mesma denúncia: “A nossa participação caracteriza-se, ao contrário da oferecida por outras entidades, pelo conhecimento exato e desmistificado da extensão do desastre, que não atribuímos à imprevisibilidade das chuvas, à conformação do terreno ou quaisquer condições naturais inimputáveis e de acaso, mas sim a condições sociais, económicas e administrativas bem concretas. Como pode isso acontecer, sem sequer se tenha verificado o rebentamento de diques ou barragens, ventos ciclónicos, desmoronamentos em série...? A resposta apresenta-nos agora, na sua realidade indesmentível: - acentuadas condições de desenvolvimento em que viviam as populações atingidas sem os mais elementares requisitos de sanidade e segurança; - ausência quase total de sistemas de segurança e socorro, prevenção de epidemias, redes de escoamento de águas, condições de estabilidade de terrenos, defesa contra aluimentos de terrenos, inundações; - previdência social precariamente montada, quase inexistente, de tal forma que não foi possível organizar desde a primeira hora o serviço complexo do auxílio às vítimas, deixando ao sabor da iniciativa individual ou de organizações, mais ou menos oficiais...” (Comércio do Funchal, 1967).

Por sua vez o Ministério de Interior tornou uma nota oficiosa a propósito das trágicas ocorrências em que destaca a mobilização de “...todos os meios disponíveis, incluindo os do Exército, da Marinha, da Força Aérea e de outras instituições como a Cruz Vermelha, a Cáritas, o Movimento Nacional Feminino, a Legião Portuguesa, os escuteiros, a Misericórdia de Lisboa...aproveitando todas as boas vontades, designadamente as de estudantes...” (Diário de Lisboa, 1967), versão, aliás, seguida e verificada no Seventh report da Agency for International Development (USAID 1967): “Action taken by the Government of Portugal and National and local organizations. There was immediate action on the part of the government of Portugal to bring assistance to the disaster victims. The military and Portuguese Red Cross assisted. Ambulance services of the Portuguese Red Cross were quickly at the scene of the disaster and the Society established a camp near Ulmeira, one of the regions won't hit. The Public Health Department initiated a program of vaccination and inoculation to prevent epidemics and was assisted in this by the Red Cross.”

Esta campanha marcou, para muitos estudantes, a rutura definitiva com o Estado Novo. Rita Veiga, evocando em 1997 a sua participação nesta jornada, fala da «lama» como uma «força maligna» que “deixava atrás de si um cheiro ácido a humores orgânicos como se tivesse

conservado em si a miséria das barracas que destruíra”. A lógica corporativa do regime não podia tolerar que organizações não enquadradas oficialmente e com laivos de hostilidade relativamente ao regime, aparecessem como mais empenhadas do que o governo na assistência ao desastre. Ao mesmo tempo, a intervenção estudantil no auxílio à catástrofe serviu, assim, como um importante motor de politização das jovens gerações que, a partir das universidades, vinham ensaiando modos de contestação menos elitistas e mais aguerridos. Longe das preocupações elitistas de outrora, os estudantes ensaiavam já uma efetiva abertura à sociedade, efetuada num liame de contornos marxizantes, através do encontro com as faixas mais pauperizadas da população. De qualquer forma, o aspeto mais importante com respeito a estes episódios, foi a difusão e extensão da iniciativa e do estímulo à participação.

### **A intervenção da censura**

Apesar de num primeiro momento se permitirem notícias sobre o assunto, a ação censória agiu para evitar leituras sociais da catástrofe e evitar que a comoção geral instalada adquirisse laivos de crítica política. No dia 27 de Novembro, um telegrama da Direcção da Censura enviou a seguinte informação às delegações locais: “Gravuras da tragédia: é conveniente ir atenuando a história. Urnas e coisas semelhantes não adianta nada e é chocante. É altura de acabar com isso. É altura de pôr os títulos mais pequenos”. Dois dias depois, a 29 de Novembro, determinava-se: “Inundações: os títulos não podem exceder a largura de 1/2 página e vão à censura. Não falar no mau cheiro dos cadáveres. Atividades beneméritas de estudantes – Cortar.” Dias mais tarde eram emitidas novas orientações pelo mesmo órgão como mostram os seguintes exemplos: “Deliberação do Senado universitário de Coimbra acerca do auxílio a prestar às vítimas das enxurradas. Cortar. A notícia só pode sair nos Jornais de Coimbra.”

Lembre-se que, ao mesmo tempo que tentaram ocultar a divulgação atualizada do número de mortos da tragédia das cheias, as autoridades portuguesas acusaram a imprensa estrangeira de notícias «tendenciosas» acerca da forma como o governo havia atuado. Pelo mesmo motivo, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) também interrogou então o correspondente da United Press International, Edouard Khavessian, acerca de uma informação dada por essa agência, sobre protestos estudantis contra a atuação do governo português em relação aos socorros prestados à população (Madeira, Pimentel e Farinha, 2007).

## **4. CONCLUSÕES**

As cheias ocorridas na região da Grande Lisboa, na noite de 25 para 26 de Novembro de 1967, constituem ainda hoje um objeto pouco estudado. Permanece por contabilizar com rigor o número de vítimas mortais e a dimensão da tragédia exigiria uma maior visibilidade do episódio no espaço público. Esta apresentação procurou resgatar o acontecimento, focalizando nos seus impactos políticos e sociais. Num tempo em que Portugal vivia sob uma ditadura que intervinha através da censura na imprensa e que não permitia partidos políticos para além do partido único (União



## “RIESGOS, VULNERABILIDADES Y RESILIENCIA SOCIOAMBIENTAL PARA ENFRENTAR LOS CAMBIOS GLOBALES”

Santiago (Chile), 03 al 05 de Diciembre 2014

Eje 6 – Dimensiones políticas y culturales relativas a los desastres naturales  
p.1263 – 1271

Nacional), as cheias inscreveram-se ainda assim no debate político, motivando posicionamentos distintos. O regime, e órgãos em sintonia com a ditadura, procuraram enquadrar o ocorrido na categoria de desastre natural, vincando a inevitabilidade e a cadeia de solidariedade estabelecida; estruturas oposicionistas colocaram na tónica nas condições sociais que fizeram com que as fortes chuvadas se transformassem num desastre humano.

### 5. BIBLIOGRAFIA

AMARAL, I. (1968). “As inundações de 25/26 de Novembro de 1967 na região de Lisboa”, **Finisterra**, III, 5, CEG: Lisboa, p.79-84.

CARDINA, MIGUEL (2008). Memórias incómodas e rasura do tempo: Movimentos estudantis e praxe académica no declínio do Estado Novo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 81, Junho, p. 111-131.

DUARTE, M. B. (1997). Foi apenas um começo. A crise académica de 1969 na história do movimento estudantil dos anos Sessenta e da luta contra o Estado Novo, **tese de mestrado**, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

DUARTE A., BORGES B., RAMOS C., PEDRO P., PAIXÃO R. (2007). Cheias rápidas em áreas urbanas e sua percepção: o caso da Bacia da R<sup>a</sup>. de Odivelas. Apontamentos de Geografia, Série de Investigação nº 21, **Centro de Estudos Geográficos**, 14p.

FERREIRA, V. (1969). **Inventário analítico da imprensa estudantil portuguesa em 1945-1967**. *Análise Social*, nºs. 25-26, p. 223-281.

GUYA ACCORNERO (2009). Efervescência Estudantil. Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974). **Dissertação de Doutoramento** em Ciências Sociais, Especialidade de Sociologia Histórica, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 350 p.

LEAL, M. H. A. (2011). As cheias rápidas em bacias hidrográficas da AML Norte: factores condicionantes e desencadeantes. **Dissertação de Mestrado** em Geografia Física e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, IGOT.

MADEIRA J., PIMENTEL I. F., FARINHA L. (2007). **Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política**, Lisboa, Esfera dos Livros, 452 p.

PAVIANI, A. (1968). Alenquer, Aspectos Geográficos de uma Vila Portuguesa, **Finisterra**, nº 5, Lisboa, p. 32-78.

OLIVEIRA, L. T. (2013). **O ativismo estudantil no IST (1945-80)**. In Branco, Jorge Freitas, ed. - *Visões do Técnico, no Centenário 1911-2011*, Lisboa, ISCTE-IUL, p. 307-370.

RAMOS C., REIS E. (2001). As cheias no sul de Portugal em diferentes tipos de bacias hidrográficas, **Finisterra**, **Revista de Geografia Portuguesa**, XXXVI, CEG, Lisboa, p. 61-82.



**“RIESGOS, VULNERABILIDADES Y RESILIENCIA SOCIOAMBIENTAL  
PARA ENFRENTAR LOS CAMBIOS GLOBALES”**

Santiago (Chile), 03 al 05 de Diciembre 2014

*Eje 6 – Dimensiones políticas y culturales relativas a los desastres naturales  
p.1263 – 1271*

REBELO, F. (2008) – Um novo olha sobre os riscos? O exemplo das cheias rápidas (flash floods) em domínio mediterrâneo. Territorium, **Revista da Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança**, Coimbra, 15, p. 7-14.

REBELO, F. (2010) - **Geografia Física e Riscos Naturais**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 215 p.

USAID 1967. **Disaster. Foreign emergency relief. Seventh report, July – December**, Agency for International Development. 112p.

ZÊZERE, J. L. (2001). **Distribuição e ritmo dos movimentos de vertente na região a norte de Lisboa**. Relatório nº. 38, Área de Geografia Física e Ambiente, Lisboa, CEG, 167 p.

### **Fontes**

Diário de Lisboa (anos de 1967 e 1968).

O Comércio do Funchal (ano de 1967).

Avante! (ano de 1967).

Século Ilustrado (2 de Dezembro de 1967).